

EDIMUR FERREIRA DE FARIA

Prefácio

Cármem Lúcia Antunes Rocha

CURSO DE
DIREITO ADMINISTRATIVO POSITIVO

8ª edição revista e ampliada

Atualizada até a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015

Belo Horizonte



2015

© 1997 Editora Del Rey.
 1999 2ª edição
 2000 3ª edição
 2001 4ª edição
 2004 5ª edição
 2007 6ª edição
 2011 7ª edição
 © 2015 8ª edição Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Florianio de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virginia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabrizio Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
 Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
 Capa, projeto gráfico e diagramação: Walter Santos

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007
 Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
 www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

E224c Faria, Edimur Ferreira de.
 Curso de direito administrativo positivo / Edimur Ferreira de Faria --
 8 ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

701p.
 ISBN 978-85-450-0045-7

1. Direito Administrativo 2. Direito Constitucional.
 I. Título. II. Faria, Edimur Ferreira de.

CDD: 342
 CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FARIA, Edimur Ferreira de. *Curso de direito administrativo positivo*. 8. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 701p. ISBN 978-85-450-0045-7

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO	
Cármem Lúcia Antunes Rocha	19
NOTA DA 8ª EDIÇÃO	21
NOTA DA 7ª EDIÇÃO	23
NOÇÕES DE DIREITO.....	25
1 ORIGEM, EVOLUÇÃO E CONCEITO DE DIREITO	25
1.1 Normas naturais	26
1.2 Normas dos costumes.....	27
1.3 Normas morais.....	28
1.4 Normas técnicas.....	29
1.5 Normas jurídicas.....	29
2 SISTEMA JURÍDICO.....	31
2.1 Considerações gerais.....	31
2.2 Composição do sistema jurídico brasileiro e o processo legislativo	32
3 DIREITO PRIVADO E DIREITO PÚBLICO.....	33
4 CONCLUSÃO.....	34
DIREITO ADMINISTRATIVO	37
1 ORIGEM.....	37
2 EVOLUÇÃO.....	40
2.1 Direito francês	40
2.2 Direito italiano	40
2.3 Direito alemão.....	41
2.4 Direito anglo-americano	41
2.5 Direito Administrativo brasileiro.....	42
3 ATUALIDADE.....	42
4 CONCEITO	45
5 CODIFICAÇÃO.....	45
5.1 Considerações gerais	45
5.2 Correntes.....	46
6 FONTES	49
6.1 Lei	49
6.2 Jurisprudência.....	50
6.3 Doutrina	51
6.4 Costumes	51

7	RELAÇÃO COM OUTROS RAMOS DO DIREITO	52
7.1	Com o Direito Constitucional	52
7.2	Com o Direito Tributário	52
7.3	Com o Direito Eleitoral	52
7.4	Com o Direito do Trabalho	53
7.5	Com o Direito Penal	53
7.6	Com o Direito Civil	53
7.7	Com o Direito Empresarial	53
7.8	Com o Direito Processual Civil e Penal	54
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	55
1	NOÇÃO E CONCEITO DE ESTADO	55
1.1	Antecedentes	55
1.2	Estado de Direito – Conceito	56
2	NOÇÕES E CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	58
2.1	Administração Pública no sentido geral	58
2.1.1	Poder Legislativo	58
2.1.2	Poder Executivo	59
2.1.3	Poder Judiciário	59
2.2	Administração Pública no sentido estrito	60
3	DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO ADMINISTRATIVO	61
4	PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	61
4.1	Princípio da legalidade	62
4.2	Princípio da impessoalidade	64
4.3	Princípio da moralidade	65
4.4	Princípio da publicidade	67
4.5	Princípio da eficiência	67
4.6	Princípio da hierarquia	68
4.7	Princípio da indisponibilidade	69
4.8	Princípio da razoabilidade	70
4.9	Princípio da autotutela	71
4.10	Princípio da tutela ou do controle	71
5	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	71
5.1	Concentração e desconcentração	72
5.2	Órgãos da Administração Pública direta	73
5.2.1	Conceito	73
5.2.2	Classificação	73
6	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	75
6.1	Autarquia	76
6.1.1	Conceito	76
6.1.2	Classificação	77
6.1.3	Agências reguladoras	78
6.1.3.1	Agência Nacional de Energia Elétrica	79
6.1.3.2	Agência Nacional de Telecomunicações	80
6.1.3.3	Agência Nacional do Petróleo	81

6.1.3.4	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	83
6.1.3.5	Agência Nacional da Saúde Suplementar.....	84
6.1.3.6	Agência Nacional de Águas.....	85
6.1.3.7	Agência Nacional de Transportes Terrestres.....	86
6.1.3.8	Agência Nacional de Transportes Aquaviários	86
6.1.3.9	Agência Nacional do Cinema	87
6.1.3.10	Agência Nacional de Aviação Civil	87
6.1.3.11	Limite da competência regulatória atribuída às agências	89
6.1.4	Criação das autarquias em geral	91
6.1.5	Regime jurídico de pessoal	91
6.1.6	Capital e patrimônio	95
6.1.7	Obrigatoriedade de licitar	95
6.1.8	Extinção e destinação do patrimônio.....	95
6.2	Sociedade de economia mista	95
6.2.1	Conceito	96
6.2.2	Criação	97
6.2.3	Objeto	98
6.2.4	Natureza jurídica	98
6.2.5	Regime jurídico do pessoal	99
6.2.6	Necessidade de concurso público para admissão de empregados	99
6.2.7	Necessidade de realização de Licitação	99
6.2.8	Extinção e destino dos patrimônios.....	100
6.3	Empresa pública	101
6.3.1	Definição legal.....	101
6.3.2	Capital	101
6.3.3	Forma societária	102
6.3.4	Objeto	102
6.3.5	Regime jurídico do pessoal	102
6.3.6	Admissão de pessoal.....	102
6.3.7	Obrigatoriedade de licitar	102
6.3.8	Extinção e destino do patrimônio	103
6.3.9	Considerações finais sobre a sociedade de economia mista e a empresa pública	103
6.4	Fundação pública	104
6.4.1	Considerações gerais.....	104
6.4.2	Instituída pelo Estado	104
6.4.3	Momento da aquisição da personalidade jurídica.....	106
6.4.4	Regime jurídico de pessoal	106
6.4.5	Alterações introduzidas pela Emenda n. 19/98.....	107
6.4.6	Extinção e destino do patrimônio	110
6.5	Agências Executivas.....	110
	AGENTES PÚBLICOS.....	113
1	CONCEITO	113
2	CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	113
2.1	Agentes políticos	114
2.1.1	Investidura.....	115

2.1.2	Subsídio	116
2.2	Agentes de carreiras especiais	125
2.2.1	Subsídio da categoria de agentes de carreiras especiais	125
2.3	Agentes administrativos.....	126
2.3.1	Servidores Públicos Estatutários	127
2.3.2	Empregados públicos.....	202
2.3.3	Contratados temporários.....	204
2.4	Agentes militares.....	206
2.5	Subsídio e remuneração: teto constitucional e questões polêmicas	206
2.5.1	Introdução	206
2.5.2	Remuneração e subsídio.....	207
2.5.3	Competência para fixar o subsídio	208
2.5.4	Teto remuneratório constitucional	208
2.5.5	Eficácia do teto constitucional	214
2.5.6	Acumulação de proventos com pensão	217
2.5.7	Acumulação de proventos com vencimento de novo cargo	218
2.5.8	Subteto.....	221
2.5.9	Conclusão	221
3	VONTADE DO ÓRGÃO E VONTADE DO AGENTE.....	224
PODER DE POLÍCIA.....		225
1	SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DO PODER DE POLÍCIA	225
2	OUTRAS CONSIDERAÇÕES.....	226
3	CONCEITO LEGAL.....	228
4	FUNDAMENTO.....	229
5	POLÍCIA ADMINISTRATIVA E POLÍCIA JUDICIÁRIA	230
6	COMPETÊNCIA PARA EXERCER A POLÍCIA ADMINISTRATIVA.....	232
7	DISCRICIONARIEDADE E REGRAMENTO	232
8	AUTOEXECUTORIEDADE	233
9	CONDIÇÕES DE VALIDADE DO ATO DE POLÍCIA	234
10	MODALIDADES DE POLÍCIAS POR ÁREAS DE ATUAÇÃO	235
11	MODALIDADES DE SANÇÃO.....	236
ATO ADMINISTRATIVO		239
1	FATO JURÍDICO.....	239
1.1	Conceito	239
1.2	Classificação	239
2	ATO JURÍDICO	240
3	ATO ADMINISTRATIVO E FATO ADMINISTRATIVO	240
4	DISTINÇÃO ENTRE ATO ADMINISTRATIVO E ATO JURÍDICO CIVIL	241
5	SÍNTESE CONCLUSIVA.....	242
6	CONCEITO DE ATO ADMINISTRATIVO	243
7	REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO	246
7.1	Agente competente.....	246
7.2	Objeto	247

7.3	Forma	248
7.4	Finalidade	249
7.5	Motivo	250
7.5.1	Motivação	251
7.5.2	Posição de alguns autores quanto à necessidade da motivação	252
7.5.3	Teoria dos motivos determinantes	255
7.6	Considerações conclusivas	256
8	CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	256
8.1	Quanto à produção de efeitos	257
8.2	Quanto aos destinatários do ato	257
8.3	Quanto ao alcance	257
8.4	Quanto à liberdade do agente	258
8.5	Quanto à vontade concorrente para a formação do ato	258
8.6	Quanto ao objeto	259
8.7	Quanto à formação do ato	259
8.8	Quanto à produção de efeitos válidos	260
9	ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS	260
9.1	Quanto à forma	260
9.2	Quanto ao conteúdo	262
10	ATRIBUTOS DO ATO ADMINISTRATIVO	265
10.1	Presunção de legitimidade	265
10.2	Imperatividade	266
10.3	Autoexecutoriedade	266
11	DISCRICIONARIEDADE	266
11.1	Considerações gerais	266
11.2	Limites da discricionariedade	268
11.2.1	Abuso de poder	269
11.2.2	Teoria dos motivos determinantes	269
11.2.3	Conceitos jurídicos indeterminados	270
11.2.4	Razoabilidade e proporcionalidade	270
11.2.5	Arbitrariedade	271
12	DESFAZIMENTO OU RETIRADA DE ATOS ADMINISTRATIVOS	271
12.1	Anulação	272
12.1.1	Motivo	273
12.1.2	Competência para anular	273
12.1.3	Efeitos do ato de anulação no tempo	273
12.1.4	Indenização	274
12.1.5	Prescrição do direito de anular	275
12.2	Revogação	277
12.2.1	Motivo	278
12.2.2	Competência	278
12.2.3	Efeito no tempo	278
12.2.4	Indenização	278
12.2.5	Limites do poder revogatório	278
12.3	Convalidação	279

LICITAÇÃO	281
1 CONCEITO	281
2 BASE JURÍDICA	282
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO	282
3.1 Princípio da publicidade	283
3.2 Princípio da legalidade	283
3.3 Princípio da impessoalidade	283
3.4 Princípio da moralidade	284
3.5 Princípio da igualdade	284
3.6 Princípio da probidade administrativa	288
3.7 Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	289
3.8 Princípio do julgamento objetivo	290
4 ENTIDADES SUJEITAS À LICITAÇÃO	290
5 DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO DOS INTERESSADOS	291
6 DOS PAGAMENTOS	291
7 DEFINIÇÕES	292
8 CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS	292
8.1 Vedações	293
8.1.1 Sanções	294
8.1.2 Controle popular	294
9 PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO	294
10 PROIBIÇÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E DE EXECUÇÃO DE OBRAS	294
11 FORMAS DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS	295
12 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS	295
13 COMPRAS	296
13.1 Princípio da padronização	296
13.2 Sistema de registro de preços	298
13.3 Submeter-se às condições de aquisição e pagamentos semelhantes às do setor privado	300
13.4 Subdividir em parcelas, com vista a atender peculiaridades do mercado e a fazer economia	301
13.5 Balizar-se pelos preços praticados na região da licitação	301
14 MODALIDADES DE LICITAÇÃO	302
14.1 Concorrência	302
14.2 Tomada de preços	302
14.3 Convite	303
14.4 Concurso	304
14.5 Leilão	304
14.6 Pregão	304
15 TIPOS DE LICITAÇÃO	308
16 DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	309
16.1 Dispensa de licitação	310
16.2 Inexigibilidade de licitação	317
16.3 Processo	320
16.4 Conclusões	321
17 Fases da licitação	321

17.1	Fase interna.....	321
17.2	Edital	323
17.2.1	Preâmbulo.....	323
17.2.2	Conteúdo	324
17.2.3	Fecho	328
17.2.4	Outras considerações sobre o edital	328
17.2.5	Impugnação do edital	328
17.3	Divulgação do instrumento convocatório	329
17.3.1	Conteúdo do aviso	330
17.3.2	Prazo mínimo de publicação do edital.....	330
17.3.3	Contagem dos prazos	330
17.4	Fases externas da licitação.....	331
17.4.1	Apresentação das propostas	331
17.4.2	Habilitação.....	332
17.4.3	Apreciação dos documentos de habilitação e julgamento das propostas.....	340
17.4.4	Homologação e adjudicação	346
	CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	349
1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	349
2	NOÇÕES INICIAIS SOBRE O CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	350
2.1	Manifestação do particular na formação de contrato com a Administração	352
2.2	O contrato administrativo é <i>intuitus personae</i>	352
3	LEGISLAÇÃO PERTINENTE.....	352
4	CLÁUSULAS FUNDAMENTAIS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	352
5	CASOS EXCEPCIONAIS DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO	355
6	REGIME JURÍDICO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	356
7	EFEITOS DA ANULAÇÃO DO CONTRATO.....	356
8	FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	356
9	ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS.....	358
10	EXECUÇÃO DOS CONTRATOS	362
11	INEXECUÇÃO E RESCISÃO DOS CONTRATOS	364
12	FORMAS DE RESCISÃO DOS CONTRATOS	366
13	TIPOS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	367
13.1	Contratos de obras públicas.....	368
13.2	Contrato de concessão de uso de bens públicos	370
13.3	Contrato de prestação de serviço	370
13.4	Contrato de fornecimento	371
13.5	Contrato de gestão.....	371
13.6	Contrato de concessão de serviços públicos.....	373
14	CONVÊNIO.....	373
14.1	Considerações gerais.....	373
14.2	Conceito	373
14.3	Controle	374
14.4	Características distintivas do convênio e contrato	374
14.5	Natureza jurídica do convênio.....	375
14.6	O disciplinamento dos convênios na Lei n. 8.666/93	376

14.7	Considerações finais.....	377
15	CONSÓRCIO PÚBLICO.....	378
15.1	Considerações gerais.....	378
15.2	Consórcios públicos.....	378
15.3	Constituição do consórcio.....	379
15.3.1	Protocolo de intenções.....	380
15.3.2	Contrato de consórcio público.....	380
15.3.3	Aquisição da personalidade jurídica.....	381
15.3.4	Contrato de rateio.....	381
15.3.5	Contrato de programa.....	382
15.4	Considerações críticas e finais.....	383
SERVIÇOS PÚBLICOS.....		385
1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	385
2	CONCEITO.....	386
3	PRINCÍPIOS DO SERVIÇO PÚBLICO.....	387
3.1	Continuidade.....	387
3.2	Qualidade e eficiência.....	387
3.3	Modicidade.....	388
3.4	Igualdade.....	388
4	FORMAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	388
5	ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS POR DELEGAÇÃO.....	389
6	CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS PRECEDIDOS OU NÃO DE OBRAS PÚBLICAS.....	389
6.1	Considerações.....	389
6.2	Conceitos.....	390
6.2.1	Poder concedente.....	390
6.2.2	Concessionário.....	390
6.2.3	Concessão de serviço público.....	390
6.2.4	Concessão de serviço público precedido da execução de obra pública.....	391
6.3	Justificativa.....	391
6.4	Serviço adequado.....	391
6.5	Direitos e obrigações dos usuários.....	392
6.6	Encargos do poder concedente.....	393
6.7	Encargos da concessionária.....	395
6.8	Tarifa.....	397
6.9	Licitação.....	398
6.10	Contrato.....	400
6.11	Subconcessão.....	403
6.12	Intervenção.....	404
6.13	Extinção da concessão.....	405
6.13.1	Advento do tempo contratual.....	405
6.13.2	Encampação.....	406
6.13.3	Caducidade.....	406
6.13.4	Rescisão do contrato.....	408

7	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	408
7.1	Objeto de concessão	409
7.2	Produtor independente de energia elétrica	410
8	CONCESSÃO DE SERVIÇO DE TV A CABO.....	410
9	PERMISSÃO.....	411
10	AUTORIZAÇÃO	413
11	TERCEIRO SETOR	413
11.1	Organizações sociais	414
11.2	Organizações da sociedade civil de interesse público	418
11.3	Organizações não governamentais	420
11.4	Parcerias voluntárias.....	421
11.4.1	Termo de colaboração	421
11.4.2	Da celebração do termo de colaboração ou de fomento	422
11.4.3	Transparência e controle	422
11.4.4	Do fortalecimento da participação social e da divulgação das ações	423
11.4.5	Termos de colaboração e de fomento	423
11.4.6	Procedimento de manifestação de interesse social.....	423
11.4.7	Plano de trabalho.....	424
11.4.8	Chamamento público.....	424
11.4.9	Contratações realizadas pelas parceiras	425
11.4.10	Das despesas	426
11.4.11	Da liberação de recursos.....	426
12	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.....	427
12.1	Conceito	427
12.2	Concessão patrocinada	428
12.3	Concessão administrativa.....	429
12.4	Considerações sobre os contratos	430
12.4.1	Regime de aportes financeiros em favor do parceiro privado.....	432
12.4.2	Regime de garantias.....	432
12.4.3	A adoção da arbitragem	434
12.4.4	Licitação	435
13	REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC)	436
13.1	Considerações gerais.....	436
13.2	Apontamentos sobre o RDC	437
13.2.1	Objetivos do RDC	437
13.2.2	Definições	438
13.2.3	Diretrizes.....	438
13.3	Procedimento licitatório	439
13.3.1	Apresentação das propostas ou lances	441
13.3.1.1	Modo de disputa aberto	441
13.3.1.2	Modo de disputa fechado	441
13.3.1.3	Combinação dos modos de disputa	442
13.3.2	Julgamento das propostas.....	442
13.3.2.1	Critérios de julgamento	442
13.3.2.2	Negociação depois do julgamento	446
13.3.2.3	Procedimentos auxiliares das licitações	446

13.3.2.4	Pedido de esclarecimento, impugnação e recurso administrativo	452
13.3.2.5	Controle das despesas decorrentes dos contratos	453
13.3.2.6	Dos contratos.....	454
BENS PÚBLICOS		457
1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	457
2	DOMÍNIO EMINENTE	457
2.1	No Direito brasileiro	458
3	CONCEITO	459
4	CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS QUANTO À DESTINAÇÃO	459
5	AFETAÇÃO E DESAFETAÇÃO DE BENS PÚBLICOS	460
6	CARACTERÍSTICAS JURÍDICAS ESPECIAIS EM RELAÇÃO AOS BENS PARTICULARES.....	460
7	REPARTIÇÃO DOS BENS PÚBLICOS DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.....	462
7.1	União	462
7.2	Estado-membro.....	463
7.3	Município.....	463
8	OUTROS BENS PÚBLICOS	463
8.1	Formas de aquisição.....	463
9	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS BENS PÚBLICOS TRATADOS NA CONSTITUIÇÃO.....	465
9.1	Bens hídricos	465
9.1.1	Águas públicas.....	465
9.2	Bens territoriais.....	466
9.2.1	Solo	466
9.2.2	Subsolo.....	469
10	UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS POR PARTICULARES	469
10.1	Bens de uso comum.....	470
10.1.1	Uso anormal de bens de uso comum.....	470
10.1.2	Uso singular de bens de uso comum.....	470
10.1.3	Uso singular sobre bens de uso especial	471
10.1.4	Uso privativo de bens públicos dominiais.....	471
RESTRICÇÕES À PROPRIEDADE E AO DOMÍNIO ECONÔMICO.....		475
1	RESTRICÇÕES À PROPRIEDADE.....	475
1.1	Limitação administrativa	477
1.2	Ocupação temporária	479
1.3	Requisição administrativa.....	480
1.4	Servidão administrativa	481
1.4.1	Breves considerações sobre servidão civil	481
1.4.2	Servidão administrativa	484
1.5	Tombamento	495
1.5.1	Conceito	495
1.5.2	Bens passíveis de tombamento.....	496
1.5.3	Natureza jurídica do tombamento.....	498

1.5.4	Efeito do ato de tombamento.....	498
1.5.5	Fundamentos	499
1.5.6	Competência para legislar e para tombar	502
1.5.7	Espécies de tombamento	505
1.5.8	Tombamento provisório e tombamento definitivo	506
1.5.9	Direitos e deveres da entidade ativa do tombamento.....	507
1.5.10	Direitos e deveres do proprietário de bem tombado	508
1.5.11	Direitos e deveres do novo adquirente	508
1.5.12	Deveres e sujeições do terceiro, vizinho de prédio tombado	509
1.5.13	Desapropriação e indenização como regra de exceção.....	510
1.6	Desapropriação	519
1.6.1	Conceito	519
1.6.2	Fundamento social	520
1.6.3	Fundamento jurídico.....	521
1.6.4	Forma originária de aquisição de propriedade.....	523
1.6.5	Bens desapropriáveis	524
1.6.6	Bens não desapropriáveis pela sua natureza.....	524
1.6.7	Competências em relação à desapropriação.....	525
1.6.8	Agentes passivos na desapropriação.....	527
1.6.9	Identificação dos pressupostos da desapropriação	527
1.6.10	Destinação dos bens adquiridos por desapropriação	531
1.6.11	Breve comentário sobre desapropriação destinada a terceiros.....	531
1.6.12	Fases da desapropriação	541
1.6.13	Declaração	541
1.6.14	Providências administrativas seguintes à declaração	543
1.6.15	Processo judicial	544
1.6.16	Retrocessão	554
1.6.17	Desistência da desapropriação	558
1.6.18	Desapropriação indireta	559
2	INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	560
2.1	Polícia administrativa	563
2.2	Participação direta do Estado no desempenho de atividades econômicas.....	565
2.2.1	Monopólio	565
2.3	Fomento público.....	566

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS

EXTRACONTRATUAIS.....	569	
1	EVOLUÇÃO.....	569
1.1	Irresponsabilidade	569
1.2	Responsabilidade com culpa	570
1.3	Responsabilidade objetiva.....	572
2	A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NO DIREITO BRASILEIRO	574
2.1	Generalidades	574
2.2	A responsabilidade do Estado no Direito Positivo.....	574
2.2.1	No Direito Constitucional	574
2.2.2	No Direito Civil	576

2.3	A responsabilidade do Estado na doutrina brasileira.....	577
2.4	A responsabilidade do Estado na jurisprudência brasileira por atos da Administração Pública (Poder Executivo)	578
2.5	Responsabilidade civil do Estado por ato do Legislativo.....	591
2.6	Responsabilidade civil do Estado por ato do Judiciário.....	592
2.7	Dano indenizável.....	594
2.8	Excludentes de responsabilidade	597
2.9	Reparação do dano e regresso	599
3	RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS EM VIRTUDE DE CONDUTA ILÍCITA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	600
3.1	Considerações introdutórias	600
3.2	O “jeitinho brasileiro” deturpado.....	601
3.3	Principais regras e princípios jurídicos contra a corrupção e improbidade administrativa	602
3.4	Considerações sobre a Lei n. 12.846/2013.....	605
3.4.1	Considerações gerais sobre a responsabilidade civil e administrativa.....	605
3.4.2	Informações introdutórias sobre a Lei n. 12.846/2013	606
3.4.3	Atos lesivos.....	606
3.4.4	Responsabilização administrativa.....	607
3.4.5	Breves considerações sobre o processo administrativo	609
3.4.6	Acordo de leniência.....	610
3.4.7	Responsabilização judicial	610
3.4.8	A constitucionalidade da lei examinada.....	613
3.4.9	Conclusão	615
	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	617
1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	617
2	CONTROLE ADMINISTRATIVO.....	618
2.1	Direito de petição	620
2.1.1	Efeitos dos recursos.....	620
2.1.2	Modalidade de recursos	621
2.1.3	Exaustão da via administrativa	623
2.1.4	Coisa julgada administrativa	623
2.2	Algumas considerações sobre o processo administrativo.....	624
2.2.1	Princípios do processo administrativo	625
2.2.2	Fases do processo administrativo	626
2.2.3	Tipos de processos administrativos.....	626
3	CONTROLE PELO LEGISLATIVO.....	633
3.1	Controle político	633
3.1.1	Pelo Congresso Nacional	633
3.1.2	Pela Câmara dos Deputados	635
3.1.3	Pelo Senado Federal	635
3.1.4	Pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal	636
3.1.5	Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).....	636
3.2	Controles contábil, financeiro e orçamentário	637
3.2.1	Fiscalização das contas	638

4	CONTROLE PELO JUDICIÁRIO.....	640
4.1	<i>Habeas corpus</i>	640
4.2	<i>Habeas data</i>	641
4.2.1	Condição para a propositura da ação	642
4.2.2	Sujeito ativo e passivo	643
4.2.3	Objeto	643
4.2.4	Competência para processar e julgar.....	643
4.2.5	Execução de sentença.....	644
4.3	Mandado de injunção	644
4.3.1	Conceito e pressupostos	645
4.3.2	Competência para processar e julgar o mandado de injunção.....	646
4.3.3	Evolução do entendimento do STF sobre o mandado de injunção	646
5	MANDADO DE SEGURANÇA.....	648
5.1	Conceito	648
5.2	Origem e evolução do instituto no Direito brasileiro.....	649
5.2.1	Constituição de 1934	649
5.2.2	Constituição de 1937.....	649
5.2.3	Constituição de 1946.....	649
5.2.4	Constituição de 1967	650
5.2.5	Constituição emendada de 1969.....	651
5.2.6	Constituição de 5 de outubro de 1988.....	651
5.3	Comentário ao inciso LXIX do art. 5º da Constituição da República.....	652
5.3.1	Direito líquido e certo	652
5.3.2	Ilegalidade ou abuso de poder	655
5.3.3	Agente público responsável pelo ato e o a ele equiparado	655
5.3.4	Objeto do mandado de segurança	661
5.3.5	Algumas hipóteses em que o mandado de segurança não é cabível.....	662
5.3.6	Registros sobre o processo da ação de mandado de segurança	665
5.3.7	Liminar.....	671
6	AÇÃO POPULAR	680
6.1	Evolução legislativa.....	680
6.2	Conceito	681
6.3	Pressupostos.....	681
6.4	Ação popular preventiva.....	683
6.5	Objeto	684
6.6	Legitimação ativa e passiva.....	684
6.7	Competência.....	685
6.8	Participação do Ministério Público	685
6.9	Considerações sobre o processo	686
7	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	687
7.1	Considerações iniciais.....	687
7.2	Pressupostos da ação	689
7.3	Conceito	691
7.4	Objeto	691
7.5	Legitimidade	691
7.6	Foro.....	693

7.7	Funções do Ministério Público	693
7.8	Considerações sobre o processo	694
7.9	Considerações finais.....	695
REFERÊNCIAS.....		697